

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uma hermenêutica de João 7,53–8,11

Alzira Gomes Machado

Este texto é fruto da partilha de minha reflexão a partir da experiência no cotidiano do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina, onde acompanho os grupos de trabalho sobre violência contra a mulher, e da reflexão sobre metodologia de leitura popular da Bíblia.

1. Perguntando pela origem da violência

A violência contra a mulher é um fato que se arrasta ao longo da história da humanidade. Porém, não dá para permitir que continue se alastrando sempre mais. Vivemos numa sociedade onde 63% das mulheres sofrem violência das mais variadas formas. São muitas vidas marcadas pela dor, pedindo socorro.

São muitas as violências que atingem todas as pessoas e o planeta. Neste texto estamos enfocando a violência contra a mulher. Por isso a importância de compreender o que é “violência de gênero”. Marlene Neves Strey conceitua assim:

“Violência de gênero é aquela que incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem. Isto é, a violência acontece porque alguém é homem ou é mulher. Violência de gênero seria mais ou menos a mesma coisa que violência de homens praticada sobre mulheres”.¹

Partimos do pressuposto de que nenhum ser humano tem o direito de submeter outro ser humano. Portanto, todo comportamento que vise satisfação própria em detrimento da outra pessoa é considerado violência.²

A Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994 definiu a violência contra as mulheres como:

“Qualquer ato de violência baseado no gênero cujo resultado seja causar dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico às mulheres, incluindo ameaças, coerção, privação arbitrária de liberdade, na vida pública ou na privada”.³

Não basta saber o que é violência e conhecer suas mais variadas formas, mas torna-se necessário perguntar pelas causas, como faz Ivone Gebara: “Por que nosso corpo de mulher se torna alvo dos desejos violentos, dos desejos de vingança, de posse, de

1. STREY, Marlene N., AZANBUJA, Mariana P. Ruwer de, JAERGER, Fernanda Pires (Org). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13.

2. Cf. *Ibidem*, p. 14.

3. AUAD, Daniela. *Feminismo que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 81.

conquista, de exclusão? Qual é o ponto fraco que atrai e desencadeia a violência contra as mulheres?”⁴

Em nossa sociedade, há um conjunto de idéias que acabam causando a violência contra as mulheres. É muito arraigada a idéia de que os homens devem controlar a vida das mulheres. Há uma noção criminosa de que a honra dos homens deve ser lavada com o sangue da mulher considerada infiel.⁵

São muitos os fatores responsáveis pelas violências cometidas. Para compreender a violência contra a mulher, é necessário compreender a forma como se deram as construções das relações sociais. Por isso, é importante aqui, a compreensão acerca dos termos gênero e sexo e estabelecer a diferença entre ambos.

Sexo são os aspectos físicos, biológicos do macho e da fêmea; são aquelas diferenças que estão em nossos corpos e que, normalmente não mudam.

Gênero é o sexo social, construído histórico-cultural e socialmente, atribuindo estereótipos femininos e masculinos. São as chamadas “representações de gênero”. Com isso se estabelecem as idéias sobre o que é ser homem e ser mulher, atribuindo comportamentos diferenciados e, assim, estabelecendo as formas de relações entre mulheres e homens.

As relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais. Neste sentido, utilizamos a palavra de Ivone Gebara para afirmar que:

“A diferença biológica culturalizada gerou, de uma certa maneira, também uma diferença social e política, como também formas de dominação e formas de manutenção de uma hierarquia social e sexual masculina. Assim institucionalizada, a diferença obrigou as mulheres a assumir certos encargos e comportamentos, como fazendo parte do seu destino biológico”.⁶

A partir das diferenças biológicas, a sociedade foi normatizando padrões de comportamentos e hierarquia, gerando desigualdades e, conseqüentemente, violências.

As relações desiguais são criadas pela sociedade e construídas culturalmente, portanto, não são naturais. E se foram construídas, podem ser desconstruídas e re-construídas.

Sendo gênero uma construção social, ele não se apresenta sempre do mesmo jeito. Depende dos costumes de cada época e lugar; depende da experiência cotidiana das pessoas.

A linguagem é poderosa no processo da construção de gênero, atribuindo características ao feminino e ao masculino. A educação recebida nas famílias, desde a mais tenra idade, já direciona as relações, comportamentos e lugares. Basta perceber exemplos bem corriqueiros: menina brinca de boneca, panelinha, fogãozinho e menino

4. GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 123.

5. Cf. AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 81

6. GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 124.

brinca de carrinho, de bola, de banguê-banguê. Com isso já se estabelecem os lugares. À mulher, o espaço da casa, da cozinha, da educação das crianças (espaço privado). Ao homem o espaço da rua, do campo, da liberdade (espaço público). São os estereótipos criados ao longo da história que vão determinando as relações, e dando a elas um caráter “natural”.

Essa concepção, historicamente baseada e sustentada por filosofias, culturas, igrejas e outras ideologias patriarcais, funcionou como legitimadora de que os homens são seres humanos superiores, enquanto as mulheres são seres inferiores. Essa idéia, tão presente no senso comum de qualquer cultura ou sociedade, incutiu a mentalidade de que os homens devem ser pelo menos minimamente agressivos ou mesmo violentos para expressarem sua condição masculina. Portanto, nessa compreensão, a masculinidade requer pelo menos uma certa dose de violência.⁷

Perceber a “malícia” dessas construções ajuda a entender que não nascemos assim, mas nos tornamos assim, como afirma a filósofa feminista Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”. Nascemos machos e fêmeas e a educação nos torna mulheres e homens. A sociedade, de acordo com a sua cultura, vai estabelecendo os comportamentos e dizendo o que é adequado ao homem e à mulher. Dessa forma, se afirma que as diferenças biológicas entre mulheres e homens não determinam e não explicam as diferenças sociais, ou seja, essas diferenças não são de ordem natural. Com isso, não estamos negando as diferenças biológicas, mas tratando de entender que as diferenças sociais entre os sexos são construídas e elaboradas socialmente a partir das diferenças biológicas.

O gênero é o sexo socialmente construído. Portanto, as diferenças não podem ser absolutizadas por um determinismo biológico de superioridade e subordinação. No processo de análise cultural, se percebe que a diferença de gênero tem-se dado em termos de uma desigualdade real e objetiva entre mulheres e homens.

Se a condição biológica da mulher tem servido para legitimar a desigualdade nas relações, coloca-se ao lado desta, o chamado sistema sexo-gênero, que aponta para a construção de modelos de relação e comportamento social, que justificam o domínio de um sexo sobre o outro. Assim, o sistema sexo-gênero tende a formar a identidade de homens e mulheres, indicando também como deve ser a relação entre ambos.

Ao longo da história, têm-se formado estereótipos, atribuindo à mulher a delicadeza, emotividade, passividade, submissão e ao homem a racionalidade, força, poder, agressividade. Essas atribuições são maléficas tanto para as mulheres como para os homens, porque ambos ficam amputados na sua personalidade. Porém, acarretam conseqüências desumanizantes em grau maior, para quem ocupa uma posição subalterna, neste caso, a mulher.

7. STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwe de; JAEGGER, Fernanda Pires (org.). *Violência, Gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 24.

Nesta relação desigual, a mulher fica impossibilitada de exercer sua plena cidadania, sua realização pessoal, seu livre arbítrio. Leonardo Boff aponta para isto quando diz:

“Não há violência maior feita ao ser humano do que impedi-lo de exercer sua consciência e liberdade para estabelecer relações cada vez mais abertas e inclusivas... a luta pelos direitos humanos, na perspectiva das vítimas, é uma luta política, pois deseja erradicar as causas político-sociais que produzem a permanente violação dos direitos humanos”.⁸

A história foi sendo construída baseada no androcentrismo e patriarcalismo, configurando uma relação desigual entre homem e mulher. Essa relação é responsável por grande parte das causas de violência contra a mulher, pois “violentar um ser inferior” não parece causar estranheza. Outro fator responsável pela violência é a forma capitalista como a sociedade está organizada, produzindo cada vez mais exclusão. Esse modelo de sociedade gera desigualdades sociais: de um lado, os ricos e poderosos, donos do capital e dos meios de produção, que controlam toda a riqueza; de outro lado, está a classe trabalhadora – homens e mulheres que trabalham às custas de quase nada, como denuncia a II Conferência Episcopal Latino-americana: “A imensa maioria de nossos irmãos vive uma situação de pobreza e até de miséria, em contraste com o acúmulo de riquezas em mãos de uma minoria, às custas da pobreza de muitos”.⁹

No sistema capitalista, mulheres e homens compartilham da mesma situação de violência, opressão e empobrecimento. Isso é importante para compreender que a superação da violência não depende apenas da relação homem x mulher, mas também da forma como a sociedade está organizada. Conforme Maria Pilar:

“O problema de fundo não é o enfrentamento com os homens, porque na América Latina o homem empobrecido sofre a fome, o despojo e a violência junto com sua mulher e os filhos, mas a forma particular de organização social, política, familiar que consolida a condição social da mulher, como cidadã de segunda classe”.¹⁰

A sociedade capitalista violenta os pobres e, em especial a mulher, que sofre violência por ser mulher e por ser pobre; se for negra, será triplamente violentada.

E assim, a violência foi se perpetuando e se institucionalizando e hoje se manifesta, em larga escala no âmbito doméstico assim como nos espaços públicos: político, social, religioso, cultural, etc.

Uma sociedade que gera desigualdades gera violência. São inúmeras as situações de violência contra as mulheres que desfilam diariamente em nossos cenários social, político, religioso. Em nosso país 63% das mulheres vivem em situação de violência; 75% dos casos de violência contra as mulheres acontecem no ambiente doméstico.

8. BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Brasília: Letraviva, 2000. p.91.

9. Cf. *Conclusões da Conferência de Puebla*, n.898.

10. AQUINO, Maria Pilar. *Nosso clamor pela vida: teologia latino americana a partir da perspectiva da mulher*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 77.

2. Desvelando a violência contra as mulheres

A violência é um fenômeno cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, causando muita dor, sofrimento, lágrimas e ferindo a vida, especialmente das mulheres, pois a violência contra as mulheres é uma das mais nocivas pelo fato de contar com o respaldo da ideologia machista e patriarcal, tão presente na sociedade e nas Igrejas. Imagens de violência são apresentadas diariamente na imprensa escrita e falada. Lamentavelmente ela atinge as pessoas, sem distinção de sexo, etnia, classe social. Porém a violência contra as mulheres é um fato institucionalizado e se manifesta de múltiplas formas, na família, no trabalho, na rua, no poder público, nas Igrejas, etc.

São muitos os condicionamentos sociais, econômicos e ideológicos que contribuem para ações violentas, dentro e fora da família; são atitudes de poder, autoritarismo, dependência, submissão, entre outras.

A grande maioria das mulheres é educada para a submissão em relação à dominação masculina. Portanto, com esse aprendizado, o machismo passa a ser considerado como atitude legítima do poder. Essa atitude introjetada no inconsciente coletivo torna difícil o processo de desmistificação do poder masculino.

Cristalizada essa concepção, a violência contra a mulher passa a ser vista com “naturalidade”, pois, parece “normal” que um ser superior exerça poder sobre um ser inferior. E assim, a violência contra a mulher vai encontrando espaço para proliferar.

Vítimas das várias formas de violência, as mulheres vão acumulando sentimentos de mágoa, raiva, tristeza..., tanto sofrimento que acabam somatizando e transformando em doenças, que se manifestam de diferentes formas no organismo.

Todos os tipos de violência desumanizam. São vidas massacradas, corpos mutilados, lágrimas de dor; são mulheres pedindo socorro:

Há um grito preso na garganta! É impossível não ouvi-lo!
É o grito de Maria Madalena, Maria Aparecida,
Maria da Silva, Maria da Cruz, Maria do Socorro,
Maria da Penha, Maria das Dores...
É o grito de tantas Marias vítimas da violência.
Marias roucas de tanto gritar sem serem ouvidas!
Marias cansadas de correr, fugindo da triste sorte.
São Marias que esperam e que sonham.
Marias que se organizam e dizem não à violência.
Marias que emprestam a profecia de Isaías e gritam:

“Por muito tempo me calei, estive em silêncio e me contive. Mas agora vou gritar como a mulher que dá a luz” (Is 42,14): Basta de violência contra as mulheres!

As desigualdades, que pesam especialmente sobre os corpos das mulheres, fazem com que muitas apaguem de suas memórias o sentimento de dignidade e a grandeza de suas vidas. A violência contra a mulher é praticada de várias formas: física, sexual, psicológica, social, política, econômica, religiosa, cultural, etc., e está presente em todas as classes, etnias e lugares.

Há uma idéia de que a violência contra a mulher é um fenômeno urbano e das famílias de baixa renda e que, com as mulheres camponesas isso acontece esporadicamente. Uma possível justificativa dessa “falsa” idéia se dá pelo fato de que na cidade, especialmente nas periferias, a proximidade das moradias torna mais visível a rotina das famílias, ficando, portanto, mais expostas às situações de violência. Enquanto no meio rural, isso acontece de forma mais velada. Para confirmar o alto índice de violência da mulher camponesa, recorremos a uma pesquisa realizada em Santa Catarina,¹¹ apontando os seguintes dados: 48,18% das entrevistadas dizem conhecer uma mulher agricultora que já foi estuprada; 24,73% disseram ter conhecimento de caso de estupro na própria comunidade; 14,91% das entrevistadas já foram espancadas pelos maridos ou namorados; 42% disseram ser obrigadas a ter relação sexual quando o marido quer; 64,18% das mulheres não têm liberdade para tomar qualquer decisão sem pedir licença ao marido.

E assim, inúmeros dados mostram que a violência contra a mulher agricultora é muito mais freqüente do que se possa imaginar.

3. Situação da mulher no tempo de Jesus

Até aqui, tentamos entender a violência contra a mulher, como resultado das construções social e cultural, sustentadas pelo sistema patriarcal, androcêntrico, dominador e capitalista. Agora, queremos entrar na casa da Bíblia e conversar com as mulheres, perguntando sobre as formas de violência do seu tempo. Mas queremos especialmente ter um conversa mais demorada com uma companheira, que por ironia do destino de ser mulher, nem nome tem, ou melhor, foi omitido. Mesmo não sabendo o nome, sabemos que ela sofreu uma grande violência por parte dos homens do poder, que a acusam de adultério e, por causa dessa falsa acusação, ficou, por muito tempo, conhecida como “mulher adúltera”. Além de toda a acusação, vergonha, humilhação, ainda teve que carregar esse “título” por muito tempo.

No tempo de Jesus a mulher era muito discriminada e marginalizada. Esse processo de marginalização é histórico, sendo reforçado ainda mais no pós exílio. Desde Esdras e Neemias a tendência oficial é de exclusão da mulher. Muitos fatores contribuíram para isso, porém a lei da pureza é o que mexeu no mais sagrado, que é o próprio corpo da mulher. Ela era declarada impura por ser mulher, mãe, esposa e filha (cf. Lv 12,1-6). Tornava-se impura dando à luz. Se desse à luz a um menino, ficava impura durante quarenta dias, porém se fosse menina, a impureza se prolongava para oitenta dias. Tornava-se impura por ser esposa, pois a relação sexual resultava em impureza de um dia (cf. Lv 12,1-6)¹². Também era considerada impura pelo fato de menstruar. Como se tudo isso não bastasse, ainda consideravam impuras todas as pessoas ou objetos tocados pela mulher nos períodos de impureza (Lv 15,19-30). Uma mulher com

11. Pesquisa realizada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras – SC em 2002, acompanhada pelo DESER, em 15 municípios do Estado, entrevistando 550 mulheres agricultoras

12. Cf. BRENNER, Athalya (org.). *De êxodo a Deuteronomio, a partir de uma leitura de gênero*. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 176.

fluxo de sangue era chamada de “*niddâ*”. Essa palavra significa afastar, lançar para longe, separar. Assim, a mulher com sangramento era excluída do convívio familiar e social.¹³

Ao nível social, as mulheres viviam em situação de total exclusão: eram excluídas do Templo, do culto, da Lei. Isso significa muito mais do que exclusão religiosa, pois o Templo e o culto eram espaços políticos. Assim, as mulheres eram excluídas de todos os espaços.¹⁴

A mulher era considerada como posse ou propriedade do pai, enquanto solteira e depois de casada, do marido. Assim como possuíam campos, casas, ovelhas, também possuíam as mulheres. O pai podia vender as filhas antes dos doze anos. Era assim que se davam os contratos de casamento.

A mulher não participava da vida pública. Seu lugar era em casa, cuidando das crianças e dos serviços domésticos. Por isso, sua formação limitava-se ao aprendizado dos trabalhos domésticos. Em casa, além dos trabalhos domésticos, deviam lavar os pés e o rosto do pai e quando casadas, do marido. A mulher trabalhava no campo para ajudar o marido, mas nunca sozinha. Era proibido ao homem encontrar-se a sós com uma mulher. Negócios, conselhos, contratos, tribunais, reuniões eram feitos somente pelos homens.

Uma mulher sem filhos ou estéril, era desonrada e tida como castigada por Deus. Ter filhos homens valorizava a mulher, por causa do patrimônio e do nome da família, uma vez que mulher não recebia herança, mas apenas o dote, quando se casava. A mulher viúva era excluída, pois não tinha a proteção de um homem.

A mulher era considerada inferior ao marido e devia obedecê-lo e ser dirigida por ele. Só o homem podia, por qualquer motivo, se divorciar da mulher e escolher outra. Ele podia ter outras mulheres ao mesmo tempo. A mulher abandonada pelo marido voltava para casa paterna ou entregava-se à prostituição.

No templo e nas sinagogas, as mulheres ficavam separadas. No culto, as mulheres só escutavam. Não liam, nem dirigiam a palavra. Eram consideradas tão indignas, que não eram obrigadas a acompanhar as peregrinações. Não lhes era permitido estudar a Torá. Alguns preferiam queimá-la a ensinar às mulheres. Nas Escrituras dos judeus estava escrito: “Que as palavras da Torá sejam queimadas, mas não sejam transmitidas às mulheres”.

Não obstante a situação de opressão, a história das mulheres é mesclada de muita resistência, enfrentando a dominação do Templo, do mercado e do homem. Há uma literatura, especialmente do pós-exílio, apresentando claramente a resistência das mulheres. Basta recordar as várias novelas bíblicas enfocando a atuação estratégica, perspicaz e inteligente de mulheres resistindo e enfrentando a dominação. Estas mulheres

13. Cf. BRENNER, 2000, p. 174.

14. Cf. GALLAZZI, Sandro e RIZZANTE, Ana Maria. *Ensaio sobre o pós-exílio* (vol. II): A resistência da casa e da mulher. Macapá, Biblioteca de Estudos Bíblicos, 2004. p. 27.

e suas histórias mostram que uma resistência ideológica ao judaísmo e ao helenismo se impôs e marcou presença na história do povo.¹⁵

4. A mulher que não era adúltera (Jo 7,53–8,11)

Estamos abordando o tema da violência contra a mulher. Já situamos as múltiplas faces da violência e suas origens e também perguntamos pela situação da mulher no tempo de Jesus.

A partir daqui vamos nos deter no texto de João 7,53-8,11 que servirá de luz, indicando a prática revolucionária de Jesus, que enfrenta com sabedoria e firmeza os agressores da mulher violentada em todo o seu ser.

Essa perícopé provavelmente não é da comunidade de João. Ela deixa transparecer o estilo sinótico, o vocabulário é totalmente diferente do de João. Nos escritos da comunidade joanina as mulheres são protagonistas, falam e agem. Este episódio diz que “os escribas e fariseus *trouxeram* uma mulher”. Mulher muda e sem ação não é próprio da comunidade de João. Alguns exegetas atribuem esse texto a Lucas (cf. Lc 21,38). Portanto, trata-se de uma tradição independente, inserida depois, porém sua canonicidade, seu caráter inspirado e seu valor histórico não sofre contestação.¹⁶ Esse texto não se encontra na versão siríaca, nem nas versões coptas ou em nenhum dos primeiros testemunhos textuais gregos importantes de proveniência oriental. Só por volta do ano 900 dC que este texto começa a aparecer no texto grego.¹⁷

A questão pertinente é sobre as razões pelas quais esse texto não foi considerado canônico e, por isso ficou fora. Podemos arriscar uma hipótese, com grande margem de acerto: a cultura patriarcal, machista e androcêntrica precisava ter mecanismos para frear as iniciativas das mulheres. Certamente esse texto ameaçava a ordem instituída. Podemos suspeitar que se tratava de uma mulher que faz suas próprias escolhas, decidindo ter relação sexual com quem ela quer (por isso não gritou pedindo socorro), recusando a escolha do pai, conforme a tradição patriarcal. Isso era uma subversão. Portanto, a omissão desse texto é uma questão política.

a. Situando o texto

O momento era de muitos conflitos. Havia conflito interno, pois muitos discípulos se escandalizavam com a prática de Jesus e diziam: “Duro é esse discurso. Quem o pode ouvir” (Jo 6,60). Conflitos também com os judeus que maravilhados diziam: “Como sabe estas letras sem ter estudado?” (Jo 7,15). Jesus enfrenta os judeus: “Acaso nossa lei julga um homem, sem primeiro ouvi-lo e saber o que ele fez? (Jo 7,51). Mas os judeus retrucam: “Dar-se-á o caso de que também tu és da Galiléia? Examina e ve-

15. Cf. GALLAZZI, Sandro e RIZZANTE, Ana Maria. *Ensaio sobre o pós-exílio* (vol. II): a resistência da casa e da mulher. Macapá, Biblioteca de Estudos Bíblicos, 2004. p. 33.

16. Cf nota de rodapé da Tradução Ecumênica da Bíblia – TEB.

17. BUSCEMI, Maria Soave. De corpos, pavores e utopias, uma hermenêutica feminista de Jo 7,53-8,11. In: *Estudos Bíblicos* n. 75, Petrópolis: Vozes, 2002. p. 89.

rás que da Galiléia não se levanta profeta” (Jo 7,52). A situação era tão tumultuada que o próprio povo achava-se confuso e tinha idéias diferentes a cerca de Jesus: “Então, os que dentre o povo tinham ouvido estas palavras diziam: ‘Este é o Cristo’; outros, porém, perguntavam: ‘Porventura o Cristo virá da Galiléia? Não diz a Escritura que o Cristo vem da descendência de Davi e da aldeia de Belém, donde era Davi?’ (Jo 7,40-42). Os conflitos estavam expostos: conflitos com os discípulos. Conflitos com o povo. Conflitos com os judeus. A situação era muito tensa para Jesus e seu movimento. Sua prática de justiça e misericórdia incomodava muito as autoridades de Jerusalém. Muita gente marginalizada corria atrás de Jesus para ouvi-lo ou para ser curada por Ele e outros ainda porque se tornavam seguidores e isso significava uma grande ameaça para os detentores do poder.

Tudo indica que esse episódio aconteceu nos últimos dias de Jesus, conforme descreve Lucas 21,37-38: “Durante os dias ele ensinava no Templo, mas passava as noites no monte das Oliveiras. E todo o povo madrugava junto a ele no Templo, para ouvi-lo”. João 8,1-2 repete essa idéia.

Os escribas e fariseus, sentindo-se ameaçados, procuravam uma maneira para prender Jesus de forma legal. Para isso precisavam pegá-lo em contradição, através de alguma afirmação ou ensinamento, que para eles, fossem falsos ou contrários à lei de Moisés.

Estava em discussão naqueles dias, na Palestina, o tipo de morte que as pessoas adúlteras deviam ter, se por estrangulamento ou por lapidação. Os judeus ainda não haviam chegado a um acordo.¹⁸ Quando se condena à morte por lapidação a responsabilidade recai sobre as testemunhas e, por isso, são elas as primeiras a atirarem pedras.

Portanto, os escribas e fariseus aproveitam o assunto em debate e armam uma cilada para pegar Jesus. Pela lei de Moisés (Dt 22,23-24), a mulher adúltera deveria ser apedrejada e pela lei romana os judeus não poderiam aplicar a pena capital. Portanto, qualquer resposta de Jesus era motivo de acusação.

b. Mergulhando no texto

Estamos diante de um texto inserido nos escritos da comunidade joanina. Texto marcado por características dos escritos sinóticos. Texto inserido no cânon 900 anos mais tarde. Por que ficou fora? Tudo indica ser um texto muito perigoso, grávido de uma memória subversiva.

É preciso adentrar no texto, mergulhar em suas entrelinhas, ler por trás das palavras, levantar suspeitas, garimpar. Façamos essa trajetória¹⁹.

- *João 8,1-2: O povo busca os ensinamentos de Jesus.* Jesus foi para o Monte das Oliveiras, onde costumava se retirar para rezar. Passou o noite lá e no dia

18. Cf. TAMEZ, Elsa. *As mulheres no movimento de Jesus, o Cristo*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 36.

19. Cf. MESTERS, Carlos; LOPES, Mercedes e OROFINO, Francisco. *Raio-X da vida: círculos bíblicos do Evangelho de João*. A Palavra na vida, n. 147/148. São Leopoldo: CEBI, 2000. p. 79s.

seguinte, antes do nascer do sol, já se encontrava no Templo, onde o povo vinha para escutar seus ensinamentos.

- *João 8,3-6a: Escribas e fariseus tramam contra Jesus.* Enquanto Jesus conversa com a multidão, eis que os fariseus e escribas trazem uma mulher, dizendo que foi pega em adultério. Eles a colocam no meio e depois se dirigem a Jesus com a intenção de pô-lo à prova, dizendo-lhe: “Mestre, esta mulher foi surpreendida em flagrante delito de adultério. A Lei de Moisés nos ordena lapidar tais mulheres. Tu, porém, que dizes?” A intenção era muito clara: o alvo da cilada era Jesus e não a mulher. Se Jesus dissesse para apedrejá-la, colocaria em questão o ser profeta²⁰. Como, sendo profeta, não sabe que ela não é realmente adúltera? E se dissesse: “Não apedrejem”, colocaria em jogo a observância da lei. Como não ser fiel à Lei de Moisés? Em nome de uma falsa fidelidade a Deus, escribas e fariseus usam a mulher e manipulam a lei, para fazer acusações à Jesus. A armadilha era, sem dúvida, ter argumentos para o processo de prisão e assassinato de Jesus.
- *João 8,6b-8: Jesus reage, inclinando-se e escrevendo no chão.* Os escribas e fariseus insistem para que Jesus responda. Jesus, porém, com muita tranqüilidade se inclina e escreve no chão, numa atitude de quem não está apavorado com a armação. O que escreve não é possível saber, mas essa atitude deve ter deixado os adversários muito desconcertados. Diante da insistência, Jesus se levanta e diz: “Quem for sem pecado seja o primeiro a jogar pedra”. Depois de dizer isto, Jesus se inclina novamente e continua escrevendo no chão. Jesus não discute a lei com os escribas e fariseus, mas devolve a acusação. Já não é mais a mulher que está na mira da lei, mas os próprios acusadores que são convidados para se examinarem a luz da lei.
- *João 8,9a: Os acusadores vão embora.* Os escribas e fariseus se retiram, um a um, a começar pelos mais velhos. O que fez com que fossem embora? Primeiro, porque sabem que Jesus conhece sua intenção, conforme aponta João 2,24-25: “Mas Jesus não tinha confiança neles, porque os conhecia a todos e não necessitava de que o informassem sobre homem algum, porque conhecia o que havia no homem”. Isso deve tê-los deixado muito inseguros e envergonhados, diante de uma tentativa de suborno e trapaça mal sucedida e desmascarada publicamente. Outro motivo que faz irem embora é a consciência²¹ de que estão sendo falsos e tentam armar uma cilada para pegar Jesus. E vão saindo, a começar pelos mais velhos. É claro! Quem sabe da Lei são os anciãos. Portanto, sabem muito bem o que está acontecendo e que foram frustrados na tentativa. É melhor ir embora o quanto antes.
- *João 8,9b-10: Mulher e Jesus.* Não há mais ninguém. Estão ali somente Jesus e a mulher. Jesus se levanta e pergunta pelos acusadores: “Ninguém te con-

20. Conforme João 4,19.29, profeta é quem diz o que a pessoa fez sem que ela o tenha dito.

21. Conforme tradução da Bíblia de João Pereira de Almeida: “acusados pela própria consciência”.

denou?” Somente agora a mulher faz uso da palavra, respondendo à pergunta de Jesus: “Ninguém, Senhor”. E Jesus confirma; “Nem eu tampouco te condeno; vai e não peques mais”. Jesus e a mulher estabelecem um diálogo, pois ambos foram vítimas de uma armadilha.

c. A mulher que não foi apedrejada

Partimos do pressuposto de que a armadilha era para Jesus e não para a mulher. Essa é a intencionalidade do fato. A mulher foi usada pelos escribas e fariseus para implementar a armação. O fato era virtual. Por isso a mulher não foi apedrejada. Não havia adultério. Não há nada no texto que prove que a mulher foi pega em adultério; não há testemunhas.

Na lei de Moisés (cf. Dt 17,2-7), para que haja a lapidação, são necessárias duas testemunhas que tenham surpreendido as pessoas adúlteras em flagrante. É necessária também uma investigação profunda que comprove a veracidade da acusação. Quando se condena à morte por lapidação, a responsabilidade do resultado do julgamento recai sobre as testemunhas, que serão as primeiras a atirar pedras.²² A partir disso, entendemos porque todos foram embora. Ninguém testemunhou o adultério.

O texto fornece poucas informações. Refere-se a uma mulher sem nome, como tantas vezes acontece na Bíblia e diz que ela foi pega em adultério. E diz também que era de madrugada. Somente essas informações.

Para entender, torna-se necessário garimpar, vasculhar outros textos que possam oferecer outros elementos. Deuteronômio 22,22 se refere ao adultério assim: “Se um homem adular com a mulher de seu próximo, será morto o adúltero e a adúltera”. Portanto, no fato criado pelos fariseus e escribas, onde está o adúltero para ser apedrejado juntamente com a mulher? Se não trouxeram, certamente é porque não existia. Se não tinha adúltero, também não havia mulher adúltera.

Embora o apedrejamento estivesse assegurado na lei, era extremamente raro. Só uma vez se fala na Bíblia da lei do apedrejamento²³: “Se houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade e se deitar com ela, então, trareis ambos à porta daquela cidade e os apedrejareis até que morram; a moça porque não gritou na cidade e o homem porque humilhou a mulher do seu próximo; assim eliminarás o mal do meio de ti” (Dt 22,23-24).

Segundo Deuteronômio, homem e mulher seriam trazidos à porta da cidade e ambos apedrejados: ele por ter se deitado com ela e ela por não ter gritado. Isso no caso de moça virgem.

De acordo com essa lei, a moça estava sendo acusada porque não gritou. Mas ninguém perguntou a ela por que não gritou. Podemos levantar suspeitas: não gritou

22. Cf. TAMEZ, Elsa. *As mulheres no movimento de Jesus, o Cristo*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 36.

23. Cf. BUSCEMI, Maria Soave. *A amante, a sábia, a guerreira, a feiticeira: uma poética ecofeminista do Novo Testamento*. São Leopoldo: CEBI, 2002. p.19.

porque foi violentada de tal forma que sua voz foi abafada, sufocada, amordaçada. Ou então, não gritou pedindo socorro, porque gostou; pôde ter relação com quem escolheu e não com o homem escolhido pelo pai, conforme imposição patriarcal.

Essa segunda hipótese pode apontar um outro significada à palavra de Jesus: “Vá e não peques mais”. Não pecar, neste caso, significa: “Não permita que os outros decidam sobre você, sobre seu corpo”. Isso significa uma ruptura com o patriarcado, opressor de corpos de mulheres.

d. Corpo de mulher; vítima de uma trama

Um corpo de mulher foi vítima de uma trama, na qual o alvo era Jesus. Seu corpo foi usado, foi prostituído. Escribas e fariseus, homens que se diziam “sabidos”, expuseram uma mulher a muitos olhares. Lá estava ela, como vitrine, diante de homens, para ser julgada de um pecado que não cometeu.

Porque a mulher não gritou, foi tratada como adúltera. Esse foi o predicado que recebeu como troféu ao longo de muitos séculos.

Uma mulher com todo o seu ser machucado, sangrando, sendo obrigada a “ficar em pé no meio de todos” (Jo 8,3b). Enganada, envergonhada, apavorada! Seu pavor era tanto, que não saiu sequer uma palavra de sua boca. Seu corpo foi humilhado, rebaixado, jogado no chão.

Um corpo de mulher violentado para fazer cumprir a lei dos homens. Homens que não entendem de corpos de mulheres. Não sabem que sangram por dentro e por fora. Não conhecem a dor da alma machucada.

O corpo da mulher é usado pelos escribas e fariseus. O corpo torna-se lugar de disputa do poder. O poder e o saber se materializam no corpo da mulher que sofre violência, atingindo a sua subjetividade e deixando marcas. Toda a violência deixa marcas.²⁴

Nossa companheira, mulher sem nome, carrega marcas indeléveis no seu corpo; marcas deixadas pela violência institucionalizada do poder judaizante. Marcas de uma cultura patriarcal, onde a mulher é desconsiderada. Seu corpo é prostituído, usado pelos homens do poder para justificar suas tramas. Um corpo acusado de fazer o mal, afirmando que corpo de mulher é espaço de pecado.

Mulher sem nome. Mulher que teve seu corpo violentado.

Lá estava a mulher... “no meio de todos”, exposta, jogada no chão, humilhada, violentada, machucada. O corpo de Jesus é solidário com o corpo da mulher. “Jesus, inclinando-se, escrevia na terra com o dedo” (Jo 8,6). O corpo de Jesus e o corpo da mulher estão em sintonia. São dois corpos vítimas de um sistema cruel, opressor, detentor do poder e das leis injustas.

24. Cf. STRÖHER, Marga.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André. *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 202.

O movimento do corpo de Jesus na direção do corpo violentado da mulher, forçou o movimento dos vários corpos de homens que, de acusadores passaram a acusados: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro que lhe atire pedra” (Jo 8,7). Com essa provocação de Jesus “foram-se retirando um por um, a começar pelos mais velhos” (Jo 8,9).

O corpo da mulher e o corpo de Jesus são vítimas de um sistema cruel.

Os dois corpos ficam a sós. No silêncio podem ouvir gritos. São gritos de mulheres. Gritos de dor. São mulheres sangrando no corpo e na alma, vítimas de violência, das mais variadas formas.

O corpo de Jesus e o corpo da mulher que não foi apedrejada, são corpos solidários com todos os corpos violentados. Corpos em movimento. Corpos soltando gritos: Basta de violência contra as mulheres!

5. Entre gritos e silêncios, tramas e utopias

São muitos corpos, muitas vidas de mulheres sendo vítimas da violência! São muitas vozes silenciadas, impedidas de expressar sua dor.

São muitas tramas social, política, econômica, cultural, religiosa espalhando raízes de violência. Mas são também, muitas articulações solidárias alimentando a utopia de uma vida sem violência. São muitos corpos solidários! Corpos em trabalho de parto, que entre dores e risos vão parindo a utopia de uma vida sem violência.

Os corpos das mulheres violentadas nesta sociedade capitalista, machista, androcêntrica, patriarcal e dominadora são pré-textos para re-ler o corpo do texto de Jo 7,53–8-11.

A “mulher sem nome” foi vítima de uma trama feita pelos homens do poder. Escribas e fariseus, homens que se dizem sábios, entendidos da lei, armam uma cilada para pegar Jesus, usando para isso, o corpo de uma mulher. Ignoram seus sentimentos, sua reputação, seus desejos.

São eles, os homens da lei, que colocam a mulher de pé, na frente de todos, sendo julgada por quem se arroga o direito de cumprir uma lei desumana.

Muitas mulheres hoje, continuam sendo violentadas em nome de um sistema capitalista e patriarcal. São mulheres obrigadas a obedecer normas e padrões estabelecidos, abdicando de sua própria vontade e decisão.

Uma “mulher sem nome”, em silêncio, com medo, no meio ouvindo a acusação dos senhores da lei do patriarcado, do machismo, do templo. Por esse Brasil afora, muitas mulheres que sofrem por causa de seus maridos agressores e, junto com suas crianças, passam medo, têm seus corpos sangrando de dor, mas têm que manter-se em silêncio, porque as ameaças podem ser ainda maiores.

A “mulher sem nome” e Jesus foram vítimas de uma trama do sistema. As mulheres que sofrem violência hoje são vítimas de uma trama do sistema capitalista e pa-

triarcal. São corpos usados para mão de obra barata e para satisfação sexual de homens sem escrúpulo que tratam mulheres como objetos de prazer.

“Quem for sem pecado, seja o primeiro a jogar pedra” (8,7). Os acusadores tornaram-se acusados pela própria consciência e se retiraram um a um, ficando apenas Jesus e a mulher. Uma mulher que não foi apedrejada porque a armadilha dos acusadores fracassou. Os dois corpos vítimas da violência estão em sintonia e solidariedade. Dois corpos inclinados, encurvados pela dor, agora se reerguem, vencendo o poder dos senhores da lei do patriarcado e do Templo.

A mulher até então emudecida, agora consegue soltar a fala, respondendo a pergunta de Jesus: “Ninguém condenou você?” E ela responde: “Ninguém, Senhor”. E Jesus acrescenta: “Eu também não te condeno; podes ir e não peques mais”.

Diante dessa recomendação de Jesus, perguntamos: qual é o pecado que essa mulher não deve mais cometer? Como não houve apedrejamento, entendemos que também não houve adultério. Então, que pecado ela não deve cometer mais?

Parece evidente que o pecado que não deve ser repetido é o de permitir que seu corpo seja violentado, tornando-se objeto de disputa de poder, propriedade dos homens, alvo de tramas do sistema opressor.

A recomendação de Jesus é pertinente hoje, para todas as mulheres em situação de violência: “Mulheres, não pequem mais”. Neste caso, “não pecar mais” significa: não permita que o sistema capitalista transforme tua força de trabalho em mão de obra barata; não permita que o sistema patriarcal se aproprie do teu corpo e de tuas decisões; não permita que a ideologia consumista induza e domine teus desejos e necessidades; não permita que o poder econômico negocie teu corpo; não permita que os homens te usem para satisfação sexual; não permita que a doutrina das Igrejas legitime tua submissão...”Vá e não peques mais”.

Essa tomada de decisão tem o cheiro da manhã da ressurreição. Cheiro que revitaliza corpos paralisados e devolve a dignidade roubada. E assim, podemos ouvir gritos decididos: Basta de violência contra as mulheres!

Sonhamos um mundo sem violência! Sonhamos com a chegada do dia em que nenhuma mulher sofra violência. Embalamos esse sonho na canção de Zé Vicente: “Sonho que se sonha só pode ser pura ilusão. Sonho que se sonha juntos (juntas) é sinal de solução. Então vamos sonhar companheiros (companheiras), sonhar ligeiro, sonhar em mutirão”.

Sonhar é preciso! Precisamos sonhar um mundo sem violência. Um mundo onde nenhum corpo de mulher precise passar pela humilhação da violência. Sonho não é uma evasão da realidade, mas uma profecia daquilo que ainda não é, mas que pode vir a ser. Nem tudo está perdido quando há pessoas que sonham; as grandes revoluções nascem de grandes sonhos. Sonhar significa delinear, projetar, estruturar.

Sonhar é coisa de quem acredita num outro mundo possível. Só sonha quem acredita na possibilidade de mudança. Sonhamos com a construção de novas relações

entre mulheres e homens. Sonhamos com o fim da violência contra as mulheres. Com o poema de Bertolt Brecht afirmamos a nossa confiança na mudança:

Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na experiência do singelo. Examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente:

Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Alzira Gomes Machado
Rua Presidente Roosevelt, 207
88.502-970 – Lages, SC
almachado19@yahoo.com.br